



Arquivo

“O governo tem as cartas para renegociar a dívida”

Criticada a ausência de estratégia para a dívida

HERMANO ALVES
Nosso correspondente

LONDRES — Enquanto o governo do México teve a inteligência e a capacidade de decisão política para enfrentar o problema da moratória e criar as condições necessárias para a renegociação da dívida externa do país, o Brasil andou “aos trancos e barrancos” e está, neste momento, pendurado na beira do abismo. Este é um resumo, em termos moderados, da linguagem usada pelo **Financial Times**, o tradicional jornal britânico especializado em economia política, que reflete de modo geral a opinião média da “City”.

A comparação entre o Brasil e o México é inevitável nos meios financeiros britânicos, mais interessados no desempenho do país devedor que continua cliente do que na confusão política e ideológica reinante em Brasília. Para os banqueiros da “City”, os mexicanos foram competentes e despachados, enquanto os tecnocratas brasileiros e todo o governo demonstraram falta de coordenação, objetivos pouco claros e pouca autoridade.

Na semana passada, enquanto o presidente do Banco Central brasileiro, Carlos Langoni, se empenhava em obter, em Wall Street, os melhores termos possíveis dos bancos internacionais, o ministro da Economia mexicano, Jesus Silva Herzog, acabava de firmar, com os mesmos credores e no mesmo local, “o maior pacote de reescalonamento de débitos até hoje obtido por qualquer nação devedora”, na opinião do **Financial Times**.

Por sua vez, o **Daily Telegraph** citou fontes financeiras da “City” ao prever que, além da consolidação de US\$ 11,4 bilhões (a maior parte da dívida mexicana com vencimentos próximos), as autoridades do México terão de bater novamente às portas dos bancos, em breve, para completar todo o processo de reescalonamento, que começou em 1982, com a declaração de moratória e uma negociação direta com o governo dos Estados Unidos.

“DE PIRES NA MÃO”

Nas últimas semanas, desde que se tornou claro que o Brasil teria de suspender pagamentos de dívidas — sobretudo dos empréstimos de governo a governo e de juros e ágios — e andar de “pires na mão” (expressão usada por um diplomata mergulhado na mais patriótica das consternações), a vergonha dos brasileiros contrastava com a fagueira naturalidade dos mexicanos.

Observadores diplomáticos, economistas e analistas da “City”, jornalistas especializados em finanças e seus colegas tarimbados em América Latina, banqueiros e funcionários do “Foreign Office” — que estranham a completa desmobilização do Itamaraty e acham grotesca a movimentação do professor Antônio Delfim Netto e dos chamados “Delfim boys” — têm procurado comparar a situação do Brasil à do México, uma vez que consideram que dessas duas experiências nascerá alguma coisa de novo na ordem (ou desordem) financeira internacional.

E que fazer quando diplomatas reconhecem que o Brasil é mesmo, como teria dito o general Charles de Gaulle, um país despido de seriedade, ao verem o papelão do ministro do Planejamento, em tudo semelhante a uma fita dos “Keystone Cops”? Que dizer quando recebem lições de moral de financistas da “City” tão comprometidos quanto os pouco sofisticados negociadores brasileiros com um sistema de ágios (a expressão adequada é usura) e de comissões que, sob todos os aspectos, se assemelham à “la morida” mexicana?

Pode-se dizer tudo, mas o fundamental é que os mexicanos logo reconheceram que a situação era crítica e assumiram uma responsabilidade clara, encarando a realidade de frente.

Enquanto isso, o Brasil usava toda espécie de subterfúgios e o ministro do Planejamento e seus colaboradores faziam questão de dizer a todos os banqueiros (públicos e privados), como se fossem bons moços, que jamais se comportariam como os mexicanos — o que fez os banqueiros admirarem e respeitarem o comportamento mexicano e o Brasil entrar, sem solenidade, “pelo cano”.

A decisão do Banco de Pagamentos Internacionais, com sede em Basileia, Suíça, de não exigir “por enquanto” o pagamento do crédito antecipado de US\$ 400 milhões que vence hoje é encarada como uma concessão para que o Brasil possa respirar e como o reconhecimento público daquilo que a senhora Margaret Thatcher disse ao Parlamento, ou seja, que o maior devedor do mundo já não pode pagar seus credores.

OPERAÇÃO DE SOCORRO

A imprensa britânica — do **Financial Times** ao **Daily Telegraph**, do **Times** ao **Guardian** — admite que há negociações sigilosas para uma operação de socorro ao Brasil, que teria de ser perfilhada pela Junta da Reserva Federal (o banco central norte-americano), apesar de todos os desmentidos; que o pacote financeiro e salarial do Fundo Monetário Internacional talvez tenha repercussões sociais e econômicas negativas, e que já chegou a hora de acabar-se — como afirma o **Financial Times** — com esse exercício de **brinkmanship** (ou acrobacias à beira do abismo) entre os governos brasileiro, norte-americano e europeus, os bancos, os bancos centrais, o FMI e o Banco Mundial.

Reconhece-se que os “perfis” das dívidas do Brasil e do México são bem diferentes, que era mais fácil para os mexicanos reduzir as importações e a própria dependência de dívidas a curto prazo (US\$ 20 bilhões) paradoxalmente facilitou uma composição, beneficiando assim o governo do presidente Miguel de La Madrid, enquanto o governo do general João Figueiredo hesitou muito, emburruhou-se em ações táticas — e psicológicas — e não definiu uma estratégia.

RUMORES DE MORATÓRIA

Esta é a impressão que se generaliza nos meios financeiros de Londres, onde persistem os rumores de uma moratória brasileira — que seria inevitável até o fim do ano — e onde, diariamente, se pergunta sobre meios e modos para o pagamento da conta do petróleo, sobre uma recessão econômica sem precedentes no Brasil (que prejudicaria os exportadores britânicos) e até mesmo sobre alterações na cúpula dirigente do País.

Julga-se que o Brasil precisaria tomar o remédio amargo do FMI durante três anos — se tal coisa for possível — e beneficiar-se da recuperação da economia mundial e de uma hipótese (é cada vez mais remota) redução das taxas de juros norte-americanas. De qualquer maneira, resta o consolo de saber que o caso do Brasil será exemplar — negativa ou positivamente — para definir as futuras relações entre os credores e os devedores do mundo e que até os banqueiros ingleses mais conservadores e conspícuos arriscam, hoje, um olho para o Relatório Brandt, as repetidas advertências feitas pelo ex-primeiro-ministro Edward Heath sobre as relações Norte-Sul e outros documentos que, antes, eles consideravam **rubbish** — ou seja, bobagem.